



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01544829420198060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO CILARMENIO ROCHA DE AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

E ainda, embora o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial a documentação médica apresentada, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Observa-se que o boletim de primeiro atendimento médico não informa em nenhum momento lesão no 5º dedo da mão direita, vejamos:

PRÉ - CONSULTA : ( ) Aparentemente bem ( ) Regular ( ) Grave      Peso: \_\_\_\_\_ kg

ANAMNESE E EXAME FÍSICO

Sinais Vitais: PA \_\_\_\_\_ mmHg T. \_\_\_\_\_ °C F. \_\_\_\_\_ bpm R. \_\_\_\_\_ mmHg DX \_\_\_\_\_ mg/dl ST02

QUEIXA PRINCIPAL: Dor e inchaço na  
mão direita

CONSULTA: Paciente vítima de acidente de moto  
apostado lesão de punho de  
punho D.

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA: \_\_\_\_\_

EXAMES SOLICITADOS: \_\_\_\_\_ DESTINO: \_\_\_\_\_

( ) Residência ( ) Internação ( ) Recusou Internação ( ) Transferência ( ) Observação

Dr. Lucas Dias Palácio  
CRM 18398  
CREMEC

Dr. G. Moemi Rocha de Amorim

Enfermeira: \_\_\_\_\_

Estado do Ceará, protocolado em 22/07/2019 às 14:18  
no processo 0154482-94.2019.6.06.0004 e-0604

De acordo com a imagem acima consta apenas dor e inchaço na mão direita atestada como queixa principal por enfermeiro, enquanto o diagnóstico da consulta com o médico aponta lesão em punho esquerdo.

Observa-se ainda que não foram apresentados solicitações de exames de imagens, contudo foram acostados os exames, entretanto sem constar data da sua realização.

Vale ressaltar que a documentação médica acostada que informa lesão no 5º dedo é apenas mero RECEITUÁRIO cuja informação foi emitida em documento datado em 15 dias após o alegado acidente.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 4 de janeiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**